



23 de setembro de 2021
CONTAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS
2020

PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

O INE apresenta os dados dos principais agregados das Administrações Públicas (AP) relativos à estimativa provisória anual de 2020, tendo como referência a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas.

A estimativa provisória para o ano de 2020 revela que o setor das AP apresentou um saldo negativo (necessidade líquida de financiamento) de -11 684 milhões de euros, correspondente a -5,8% do PIB.

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas¹. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010² e são consistentes com a segunda notificação de 2021 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também divulgada hoje.

O quadro seguinte apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2020, discriminados por subsetor institucional.

Quadro 1. Principais agregados das Administrações Públicas – dados provisórios

ANO: 2020 Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S.13	S.1311	S.1313	S.1314
OTE	Despesa total	98 725	72 853	13 433	29 125
OTR	Receita total	87 041	59 207	13 205	31 315
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-11 684	-13 646	-228	2 190

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Este documento está disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-19-007>.

² Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.



O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 11 684 milhões de euros em 2020, o que corresponde a -5,8% do PIB e que compara com uma capacidade de financiamento de 0,1% em 2019. Esta necessidade de financiamento teve origem principalmente no subsetor da Administração Central e, com menor significado, na Administração Regional e Local, uma vez que o subsetor dos Fundos de Segurança Social apresentou um saldo positivo.

Com efeito, o saldo da Administração Central agravou-se em 10 mil milhões de euros face a 2019, situando-se em perto de -14 mil milhões de euros em 2020. Por seu turno, a Administração Regional e Local, que em 2019 havia registado um excedente de mais de 600 milhões de euros, apresentou em 2020 um saldo negativo de -228 milhões de euros. O saldo dos Fundos de Segurança Social, apesar de positivo, deteriorou-se em quase 800 milhões de euros.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, tendo os dados relativos aos anos de 2019 e de 2020 naturezas definitiva e provisória, respetivamente.

Quadro 2. Receitas das Administrações Públicas

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	2019	2020
OTR	Receita total	91 251	87 041
	Receita corrente	90 437	86 356
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	32 116	29 185
D.61	Contribuições Sociais	25 360	25 606
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	20 884	20 110
D.9	Receita de capital	814	685

A receita total das AP diminuiu 4,6% (cerca de -4,2 mil milhões de euros) entre 2019 e 2020, em resultado da diminuição de 4,5% na receita corrente, devido sobretudo ao decréscimo dos impostos sobre a produção e a importação (-9,1%), mas também dos impostos correntes sobre o rendimento e património (-3,7%), refletindo a forte redução da atividade económica em 2020. Pelo contrário, a receita das contribuições sociais registou um aumento (+1,0%).

A este respeito, importa referir que, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi necessário efetuar um ajustamento adicional relativamente aos resultados em contabilidade pública de modo a incluir os pagamentos futuros na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Este ajustamento adicional traduziu-se num registo da receita fiscal de IVA e das Contribuições Sociais em 229 e 111 milhões de euros, respetivamente, superior ao efetuado em contabilidade pública, referente às medidas de prorrogação de pagamento devido entre o final de 2020 e o início de 2021 e que constituem receita em 2020 na ótica de contas nacionais.

A receita de capital registou um decréscimo de cerca de 16%.



Na estrutura da receita, destaca-se, face ao ano de 2019 e na sequência da evolução descrita, o aumento da importância relativa das contribuições sociais (+1,6 p.p.) e dos impostos correntes sobre o rendimento e património (+0,2 p.p.), por contrapartida do decréscimo da quota de impostos sobre a produção e a importação (-1,7 p.p.) que, ainda assim, se mantém como a principal fonte de receita pública. O peso relativo da receita de capital reduziu-se marginalmente (-0,1 p.p.).

O quadro 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2019 (dados definitivos) e 2020 (estimativa provisória).

Quadro 3. Despesas das Administrações Públicas

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	2019	2020
O.TE	Despesa total	91 004	98 725
	Despesa corrente	84 911	89 982
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	23 147	23 925
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	34 658	36 097
D.41	Juros	6 324	5 791
D.9+P.5+NP	Despesa de capital	6 093	8 743

A despesa total das AP registou um aumento de 8,5% entre 2019 e 2020, em consequência do acréscimo simultâneo da despesa corrente (+6,0%) e da despesa de capital (+43,5%).

Para o aumento da despesa corrente contribuiu principalmente o incremento de 4,2% das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, correspondente a 1,4 mil milhões de euros, e também o aumento de 3,4% das remunerações (+779 milhões de euros). Em sentido oposto, verificou-se um decréscimo de 8,4% na despesa em juros (-533 milhões de euros) que assim manteve a tendência decrescente iniciada em 2015. Em 2014, a despesa com juros atingiu 8,4 mil milhões de euros e, em 2020, fixou-se em 5,8 mil milhões de euros.

O acréscimo da despesa de capital entre 2019 e 2020 (+43,5%) é em larga medida explicado pelo registo, como transferências de capital, da operação de concessão do empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças à TAP Air Portugal no montante de 1,2 mil milhões de euros e da garantia do Governo Regional dos Açores ao financiamento obtido pela SATA Air Açores no montante de 132 milhões de euros, atendendo à situação económica e financeira das empresas. Adicionalmente, contabilizou-se como transferência de capital um montante de 326 milhões de euros relativo à estimativa de execução de contragarantias associadas às linhas COVID-19 de apoio à economia no quadro do sistema português de garantia mútua, atendendo a que configuram garantias estandardizadas na perspetiva da contabilidade nacional (emitidas em grande número e segundo regras idênticas) e que existe uma estimativa fiável do valor esperado das perdas associadas às garantias concedidas. Também se incluiu o registo da obrigação de pagamento de retroativos referentes a suplementos de férias não pagos a agentes da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, resultante de uma sentença de tribunal, no montante de 114 milhões de euros.



Mais de metade do aumento verificado na despesa pública entre 2019 e 2020 traduziu o impacto direto de medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19, correspondentes a 4% da despesa pública total em 2020. Entre os encargos públicos com a pandemia, destacam-se a despesa em subsídios às empresas (2,7% da despesa total em 2020), em consumo intermédio (0,5%) e em apoio social às famílias (0,2%). Os encargos com o *layoff* simplificado, incluídos nos subsídios pagos às empresas, atingiram 0,9% da despesa.

Apesar destes encargos adicionais, a despesa corrente perdeu importância relativa no total da despesa, destacando-se em particular as prestações sociais exceto transferências sociais em espécie (redução de -1,5 p.p. do respetivo peso relativo no total da despesa), as remunerações dos empregados (-1,2 p.p.) e a despesa com juros (-1,1 p.p.). Por outro lado, a despesa de capital aumentou de importância relativa no total da despesa, de 6,7% em 2019, para 8,9% em 2020, refletindo o já referido aumento superior a 43%.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP, mantendo-se a natureza final e provisória dos dados de 2019 e de 2020, respetivamente.

Quadro 4. Saldos das Administrações Públicas

Unidade: 10⁶ EUR

Código da operação	Designação da operação	2019	2020
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	247	-11 684
	Saldo corrente	5 526	-3 626
B.9 - D.41	Saldo primário	6 571	-5 893

Os dados provisórios relativos a 2020 revelam que o saldo global das AP se deteriorou em 11,9 mil milhões de euros entre 2019 e 2020, originando uma necessidade de financiamento de 11,7 mil milhões de euros em 2020 (-5,8% do PIB). Esta evolução negativa resultou, em simultâneo, de um acréscimo na despesa (+8,5%) e de uma redução na receita (-4,6%).

Tendo por base a informação disponível à data incluída nos boletins de execução orçamental publicadas mensalmente pela Direção-Geral do Orçamento, o impacto direto no saldo em contabilidade nacional das medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 foi cerca de -4,9 mil milhões de euros em 2020 (-2,3% do PIB). Refira-se que esta informação pode ainda não refletir a totalidade da despesa no combate à pandemia na medida em que os organismos não a tenham identificado enquanto tal.

O saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, foi negativo (o que não acontecia desde 2014) em 5,9 mil milhões de euros.

Data do próximo destaque – 25 de março de 2022
